

Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## CONSTRUÇÃO COLETIVA DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

FRANCISCA RODRIGUES DE OLIVEIRA PINI<sup>1</sup>

JULIANA BIONDI GUANAIS<sup>2</sup>

FLAVIA ALEXANDRA DOS SANTOS SANTOS<sup>3</sup>

RENAN VIEIRA DE SANTANA ROCHA<sup>4</sup>

### RESUMO

Este relato, referente à curricularização da extensão universitária, tem por objetivo apresentar o processo trilhado pelo Curso de Serviço Social da Unifesp, em relação à concepção, processo metodológico e ações, que foram realizadas para a sua implementação, visando assegurar o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, considerando a dimensão da extensão como aquela que intensifica a comunicação e compartilhamento de saberes com os movimentos sociais, sindicais, políticas sociais e territórios, por meio da produção de conhecimento cultural, científico e tecnológico.

**Palavras-chave:** Curricularização da extensão; ensino; pesquisa; extensão; Serviço Social

### RESUMEN

Este informe, referido a la curricularización de la extensión universitaria, tiene como objetivo presentar el proceso seguido por el Curso de Servicio Social de la Unifesp, en relación a la concepción, proceso metodológico y acciones, que se llevaron a cabo para su implementación, con el objetivo de garantizar el principio de inseparabilidad entre docencia, investigación y extensión, considerando la dimensión de la extensión como aquella que intensifica la comunicación y el intercambio de conocimientos con los movimientos sociales, los sindicatos, las políticas sociales y los territorios, a través de la producción de conocimientos culturales, científicos y tecnológicos.

**Palabras clave:** Extensión curricular; docencia, investigación; extensión; Servicio Social

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de São Paulo

<sup>2</sup> Universidade Federal de São Paulo

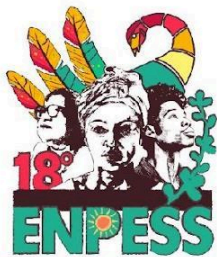
<sup>3</sup> Universidade Federal de São Paulo

<sup>4</sup> Universidade Federal de São Paulo

## 1. INTRODUÇÃO

A privatização do ensino superior, o sucateamento do ensino público e a precarização do trabalho docente – que basicamente nas Instituições de Ensino privadas são remunerados por hora/aula e no ensino público rege a política da produtividade, sendo essa cultura o parâmetro para avaliação do desempenho docente/discente –, têm sido enfrentados há quase três décadas pelo serviço social e pelo movimento da educação. A lógica mercantil se expressa sob múltiplas formas e meios e o mais preocupante na atualidade é a modalidade de Ensino a Distância (EAD) em que se coloca o processo formativo participativo em segundo plano, vinculando-se à empregabilidade e à praticidade de se realizar a graduação de forma remota, sem considerar a importância do contato e as vinculações entre discentes/discentes e discentes/docentes/técnicos e as possibilidades que a educação pode proporcionar em relação à análise da realidade e na formulação de respostas às questões apresentadas pela realidade social, de forma indissociável entre ensino, pesquisa e extensão – tripé no qual se sustenta a universidade pública brasileira e que orienta as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) no país.

O momento exige apreensão da totalidade, para que consigamos compreender a força destrutiva do capital, que age impedindo os avanços na perspectiva de direitos à classe que vive do trabalho. A contrarreforma da educação é o desmonte da concepção crítica, a qual prima pela massificação da educação em que a ela passa a ser vinculada como produto (Behring, 2003). É nesse contexto que desenvolvemos o debate sobre a extensão universitária, uma conquista do ponto de vista legal, desde a Constituição Federal de 1988, conforme o seu Art. 207. “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Compete ainda considerar que o Curso de Serviço Social, em seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) vigente afirma a extensão como atividade formativa fundamental, indissociável dos processos de ensino e pesquisa. Nesse caminho, a extensão possibilita a aproximação de estudantes e docentes à realidade local e regional, por meio de vivências que promovem reflexões e formulam respostas aos temas candentes da realidade social, alimentando os currículos e possibilitando novas pesquisas – meios de viabilizar concretamente a vinculação entre universidade e realidade, da qual é parte, expressão e à qual responde a partir de sua função precípua.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Em conformidade com a Resolução nº 139, de 11 de outubro de 2017, que regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a Resolução nº 192/2021/CONSU, que altera parcialmente a Resolução 139, e o Guia para Curricularização da Extensão da Unifesp de 2021, são reconhecidas as atividades extensionistas em Unidades Curriculares fixas vinculadas a conhecimentos específicos da formação profissional, totalizando 344 horas sob a coordenação do docente responsável.

Foram eleitas duas modalidades para a realização da curricularização, os programas e projetos, os quais se constituem em ações sistemáticas ao longo de um período definido, sendo assegurada a participação dos sujeitos dos territórios, das políticas sociais, movimentos sociais e sindicais durante todo o processo.

No processo de construção das diretrizes para a curricularização da extensão, no ano de 2022, o Curso de Serviço Social passava por um processo de reformulação do Projeto Pedagógico de Curso para transversalizar a educação para as relações étnico-raciais, conforme orientação da ABEPSS<sup>5</sup>.

Desse modo, Educação para as Relações Étnico-Raciais, conforme aponta a Lei nº 10.639/2003<sup>6</sup>, e a Educação em Direitos Humanos<sup>7</sup> são as diretrizes que têm orientado esse processo. Conforme o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH-2003-2006), e as diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos, aprovadas em 2012 pelo MEC, a educação em direitos humanos é compreendida:

[...] como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões: a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; c) reparação das violações<sup>8</sup>.

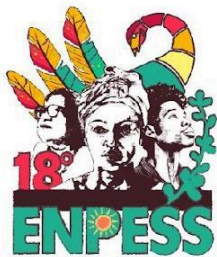
Tais princípios foram sendo debatidos e incorporados nos programas e projetos de extensão do Curso de Serviço Social buscando retratar o significado político da extensão universitária no âmbito acadêmico, para assegurar a socialização dos saberes construídos na Universidade e

<sup>5</sup> ABEPSS. Subsídios para o debate sobre a questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social. 2018. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/subsidiosparaodebateetnicoracial-94>. Acesso em: 28 ago. 2024.

<sup>6</sup> GELEDES. Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/educacao-relacoes-etnico-raciais-e-a-lei-1063903/>. Acesso em: 27 ago. 2024.

<sup>7</sup> BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2024.

<sup>8</sup> BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes da Educação em Direitos Humanos. 2012. Disponível: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DiretrizesNacionaisEDH.pdf>. Acesso em: 26 Ago. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

promover efetivo diálogo com a contribuição dos movimentos sociais, sindicais, políticas sociais e coletivos, no modo da produção do conhecimento. Essa assunção ética e política na abordagem do conhecimento insere a Universidade em um lugar social e a aproxima da classe trabalhadora que foi historicamente aviltada do seu direito à educação pública.

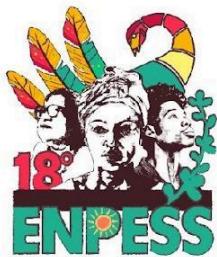
## 2. DESENVOLVIMENTO

No que tange ao projeto de formação profissional – como expressão do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro –, tal como consubstanciado nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996, é preciso reconhecermos os avanços ali contidos, notadamente a potencialidade histórica que lhe é inerente. Ou seja, ainda que valha problematizar os limites das Diretrizes, no que compete à tradução mesma da extensão como componente do tripé, no qual se sustenta a formação profissional em Serviço Social no Brasil, a sua peculiar afirmação da sintonia entre o movimento da história e o Serviço Social – trabalho e formação profissional – parece constituir um caminho fértil para avançarmos na qualificação da garantia da extensão como recurso político privilegiado de viabilizar o intercâmbio entre formação profissional e realidade, entre universidade e classe trabalhadora, entre as exigências teórico-metodológicas da formação profissional e as possibilidades reais de efetivação do horizonte ético-político que lhe é imanente.

Nessa perspectiva, exporemos de forma sintética como tem ocorrido o processo de implementação da curricularização da extensão em algumas das disciplinas do curso de graduação em Serviço Social da Unifesp.

Para materializar a curricularização da unidade curricular de formação social e política do Brasil foi construído o projeto de extensão “Quilombagem e escola: da memória à história pública”, no ano de 2022, cujo objetivo é a difusão de saberes acadêmicos em História e Cultura Africana e Afro-brasileira, por meio da memória das referências negras do município de Santos; uma parceria entre escola, universidade e movimento social.

O potencial formativo da história com um conhecimento que transcende os limites curriculares tradicionais ao oferecer um repertório de saberes para inúmeras disciplinas e áreas de conhecimento foi o que mobilizou a universidade, movimento social e Secretaria Municipal de Educação de Santos. A roda de memória com pessoas indicadas pelo movimento social foi a possibilidade de recompor a história da contribuição da população negra de Santos, por meio dos/as sujeitos/as que constroem coletivamente a cidade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

O conteúdo construído a partir da memória de Bartolomeu de Souza, Esmeraldo Tarquínio Filho (*in memoriam*), Esmeraldo Tarquínio Neto, Augusta França<sup>9</sup> e Júlio Evangelista e Helena Monteiro da Costa foi transformado em um material entregue à Secretaria Municipal de Educação pelos estudantes extensionistas da unidade curricular de formação social brasileira.

Em relação à unidade curricular “Classes e movimentos sociais” foi criado o projeto “Repositório das lutas e resistências na Baixada Santista: mulheres, população negra e operários(as)”, que tem por objetivo principal mapear as lutas e formas de resistências na região em questão, com vistas à criação de um repositório virtual disponível a toda a população de forma gratuita. Ao longo do desenvolvimento do projeto, são realizadas práticas extensionistas – rodas de conversa, coleta de depoimentos, visitas às associações e centros comunitários, dentre outras – pelos estudantes matriculados na disciplina e coordenadas pela docente responsável por ela. Além de contribuir para o fortalecimento da memória coletiva das lutas e formas de resistências que tiveram lugar na região da Baixada Santista, espera-se também aproximar universidade e sociedade por intermédio das atividades a serem realizadas dentro e fora do meio acadêmico, contribuindo, desta forma, para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A curricularização da extensão desenvolvida na unidade curricular “Oficina do Trabalho Profissional II” baseou-se em uma parceria entre o Programa Centro de Educação e Direitos Humanos (CEDH) e o cursinho pré-vestibular Cardume, ambos da Unifesp. O projeto envolveu estudantes de dentro e de fora da Unifesp, docentes e técnicos/as educacionais e busca entender as possíveis motivações que levam discentes a faltar às aulas e a abandonarem o cursinho. Esse espaço de encontro de saberes propicia práticas e reflexões numa relação dialógica e democrática com os/as sujeitos sociais e possibilita a construção coletiva de vivências e experiências.

Por fim, o Projeto “AfirmAção: Universidade para pretas, pretes e pretos”, desenvolvido em uma parceria entre o Curso de Serviço Social da Unifesp e a Educafro (Núcleo Valongo, Santos-SP) também busca estreitar a interlocução entre universidade e sociedade a partir do diálogo, com jovens negras/es/os da classe trabalhadora, intencionando, assim, apresentar a estas/es a universidade como um espaço a ser ocupado por suas presenças, lembrando-as/es/os que se trata de um lugar para elas/es. Ademais, o projeto também possibilitou o contato de estudantes/as via extensão curricularizada e campo de estágio, com a realidade da população

---

<sup>9</sup> OLIVEIRA, Maria Augusta de França. Tur-Mochilando Afro Culturas. Caminhada dos Quilombos Históricos do Século XIX na Cidade de Santos. Realizada em 22 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/augustadefrancaoliveira>. Acesso em: 20 Ago. 2024.



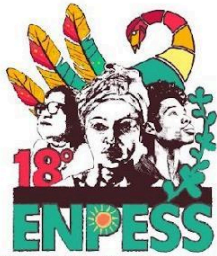
negra e o sonho e desejo do ingresso à formação no ensino superior.

Assim, as atividades desenvolvidas no âmbito da unidade curricular “Oficina do Trabalho Profissional” (OTP), em parceria com a Educafro vêm buscando se construir considerando duplamente: a tônica das ementas da OTP em seus dois primeiros módulos e as necessidades postas e discutidas com assistentes sociais inseridas na Educafro. Tendo em vista que a ementa de OTPII situa-se no trabalho profissional desenvolvido com grupos e coletivos – espaços privilegiados do exercício das funções pedagógicas do Serviço Social (Abreu, 2002), uma das atividades realizadas é a apresentação da universidade aos/às estudantes da Educafro – por meio de visita organizada por estudantes vinculados/as a esta unidade curricular – com o objetivo de estabelecer uma aproximação que afirme a defesa da educação pública superior como um direito social, num país em que, historicamente, o acesso a ela, como já assinalado, é marcado pelas insistentes formas de opressão, notadamente o racismo. A organização de tal visita mobiliza no cotidiano das oficinas a constituição de grupos distintos com a perspectiva de garantir uma visita de qualidade e um momento de interlocução entre estudantes da Universidade, de cursos de graduação variados, e estudantes da Educafro, uma vez que durante a visita dá-se uma roda de conversa que visa apresentar as áreas de formação profissional como possibilidades de inserção na universidade pública. Assim, compreendemos que a curricularização da extensão tem contribuído com o debate da educação para além do capital Meszáros (2009).

As possibilidades e desafios são inúmeros, podemos destacar alguns desafios, como: sobrecarga do trabalho docente, a falta de financiamento para a realização das atividades fora da universidade a articulação com os espaços e estudantes trabalhadores, principalmente do período noturno. Por outro lado, quando desenvolvida, possibilita a aproximação com os movimentos sociais, sindicais e políticas sociais e encoraja o/a estudante a contribuir com o processo de fortalecimento das agendas de lutas, além da ampliação do conhecimento vivenciado pelo percurso formativo alinhado ao projeto ético político de formação.

### 3. CONCLUSÃO

Como já destacado anteriormente, é por intermédio da extensão universitária – seja ela realizada “por dentro” ou “por fora” das disciplinas acadêmicas e da curricularização da extensão – que se torna possível aproximar universidade e sociedade, contribuindo, para a indissociabilidade entre a primeira, o ensino e a pesquisa. Ademais, como vimos a partir de algumas das experiências aqui relatadas, é por meio de projetos como os desenvolvidos no Curso de Serviço



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Social da Unifesp que se busca dar visibilidade às lutas e formas de resistência dos setores mais vulnerabilizados da população, contribuindo, portanto, para seu conhecimento dentro e fora do universo acadêmico.

Contudo, não podemos deixar de destacar que o complexo processo de implementação da curricularização da extensão também enfrenta inúmeros desafios, a começar pelo baixo investimento financeiro que as universidades federais destinam a esse tipo de atividade. Como as experiências recentes da Unifesp demonstram, este subfinanciamento dificulta sobremaneira a realização a contento e, sobretudo, a ampliação das ações e práticas extensionistas, o que poderia ser mitigado com um aumento das verbas destinadas a este fim.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. **Serviço Social e organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

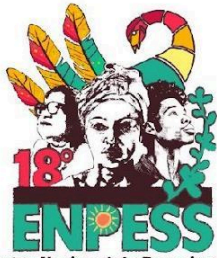
BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer nº 608/2018. **Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira**. Diário Oficial da União: seção 1, p. 34. Brasília, DF: CNE/CES, 2018<sup>a</sup>.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Seção 1, p. 49.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. In: **Educação e Pesquisa [S. l.]**, v. 29, n. 1, p. 167–182, 2003. [DOI: 10.1590/S1517-97022003000100012](#). Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27905>. Acesso em: 30 ago. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. Ano, II nº 3 – janeiro a junho, 2001.

MESZÁROS, Istvan. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel, org. **Avaliação da extensão universitária**: práticas e discussões da comissão permanente de avaliação da extensão. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. In: **Interfaces - Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930/15904>. Acesso em: 30 ago. 2024.